

O rastreamento e controle das infecções sexualmente transmissíveis no território brasileiro: Revisão narrativa da literatura



<https://doi.org/10.56238/sevened2023.006-053>

Priscila Castro Cordeiro Fernandes

Enfermeira, Doutoranda em Saúde Pública - UCES
Universidade de Ciências Empresariais e Sociais – UCES

Ingrid Perine Silva

Graduanda do curso de Enfermagem- UNITRI
Centro Universitário do Triângulo – UNITRI

Paulo Rogerio Ferreira Pinto

Médico, Doutorando em Saúde Pública - UCES
Universidade de Ciências Empresariais e Sociais – UCES

Arlete do Monte Massela Malta

Médica, Doutoranda em Saúde Pública - UCES
Universidade de Ciências Empresariais e Sociais – UCES

Grazielli Meneses Brito

Odontóloga, Doutoranda em Saúde Pública - UCES
Universidade de Ciências Empresariais e Sociais – UCES

Gerusa Tomaz Faria

Enfermeira, Doutoranda em Saúde Pública - UCES
Universidade de Ciências Empresariais e Sociais – UCES

Eni Aparecida de Faria

Enfermeira, Doutoranda em Saúde Pública - UCES
Universidade de Ciências Empresariais e Sociais – UCES

Daniela Diniz Simoes de Medeiros Carvalho

Graduanda do curso de Medicina - FMO
Faculdade de Medicina de Olinda- FMO

Eduardo Rodrigues Jorge

Médico, Doutorando em Saúde Pública - UCES
Universidade de Ciências Empresariais e Sociais – UCES

Mario Angelo Cenedesi Junior

Médico, Doutorando em Saúde Pública - UCES

Universidade de Ciências Empresariais e Sociais – UCES

RESUMO

As Infecções Sexualmente Transmissíveis permanecem como uma preocupação significativa para a saúde pública no Brasil, apesar dos esforços para controlá-las. O Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN) desempenha um papel central no registro e monitoramento dessas infecções, mas desafios persistem. Além disso, a notificação compulsória não abrange todas, existe a subnotificação e casos de pacientes que não buscam as unidades de saúde em tempo hábil, resultando em custos substanciais para o Sistema Único de Saúde. O propósito deste estudo foi debater o rastreamento e controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis no Brasil. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, cujos resultados e discussão evidenciam que as estratégias educativas desempenham um papel crucial na modificação de comportamentos de risco, abrangendo diversas faixas etárias. No entanto, a implementação efetiva de políticas públicas de prevenção de ISTs depende da sensibilização e capacitação contínua da equipe multiprofissional, especialmente as equipes da Atenção Primária à Saúde. As políticas públicas envolvem a promoção da vacinação contra o HPV e hepatites virais, a disseminação de informações em saúde e o acesso a testes e tratamentos. Apesar de existirem políticas e iniciativas direcionadas às ISTs, os números ressaltam a importância contínua de estratégias de prevenção e educação em saúde. As ISTs têm um impacto significativo nos índices socioeconômicos, afetando particularmente populações vulneráveis. Portanto, o diagnóstico, o tratamento e o conhecimento público sobre essas infecções continuam a ser prioridades. A equipe multiprofissional da Atenção Primária em Saúde desempenha um papel fundamental no rastreamento, diagnóstico e tratamento de ISTs, e a educação em saúde desempenha um papel-chave na redução da transmissão.

Palavras-chave: Infecções Sexualmente Transmissíveis, Atenção Primária à Saúde, Primeiro



Nível de Atenção à Saúde, Equipe Multiprofissional.

1 INTRODUÇÃO

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) são doenças causadas por microrganismos (bactérias, vírus, fungos), que são transmitidas através do contato sexual desprotegido com pessoas infectadas (DOMINGUES, 2020). Dentre os sintomas de manifestações de algumas ISTs, podem-se citar as manifestações através de secreções anormais, lesões na região genital ou anal. Alguns exemplos de ISTs são: herpes genital, sífilis, gonorreia e infecção pelo papilomavírus humano (HPV), outros exemplos, que são de notificação compulsória, são as hepatites virais, infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV), sífilis congênita e sífilis gestacional (HERNANDES, 2019). O Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN) é o sistema utilizado para o devido registro de infecções realizados pelos profissionais, desenvolvido pelo Ministério da Saúde do Brasil (PIMENTEL, 2020).

Se não tratadas, ou tratadas de forma inadequada, as ISTs podem desenvolver complicações como infertilidade, cânceres, Doença Inflamatória Pélvica (DIP) e infecções congênitas, dentre outras consequências, o que configura um problema sério de saúde pública no país, gerando ao Sistema Único de Saúde (SUS) um custo alto (SCOTINI, 2023). Autores como Andrade, 2022, salientam que a promoção da saúde por meio de estratégias educativas desempenha um papel crucial na abordagem da prevenção de ISTs, melhoria da qualidade de vida, incentivo ao autocuidado, promoção de uma vida sexual saudável e na modificação de comportamentos de risco em diversas faixas etárias, incluindo jovens, adultos e idosos. Nesse sentido, as políticas públicas com foco na prevenção e tratamento de ISTs são de extrema valia, mas se a equipe multiprofissional não for sensibilizada e capacitada, a implementação e manutenção dessas políticas não influenciará na incidência e prevalência das ISTs. Um dos mecanismos de apoio à prevenção e tratamento precoce de baixo custo são os testes rápidos para ISTs, que contemplam a Sífilis, Hepatites B e C e o HIV, porém, a simples existência destes e de outros testes não é eficaz se os profissionais não forem capacitados (DA FONSECA, 2023).

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa narrativa com abordagem qualitativa, que possibilita sintetizar o conhecimento, caracterizando as produções sobre determinado assunto (SANCHES, 2021). Utilizou-se publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o “estado da arte”. O presente estudo foi realizado no segundo semestre de 2023, e o levantamento das referências teóricas se deu a partir da delimitação do problema a ser estudado, ou seja: o que existe na literatura acerca do rastreamento e controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis no Brasil?



A coleta de dados constou da seleção de referências teóricas nacionais relacionadas ao tema. Utilizaram-se, como base de dados Scielo (Scientific electronic library online) e a base de dados LILACS (Literatura Latino-Americana e BVS, contemplando os descritores devidamente registrados nos DecS: Infecções Sexualmente Transmissíveis, Atenção Primária à Saúde, Primeiro Nível de Atenção à Saúde, Equipe Multiprofissional. Os fatores de inclusão foram artigos publicados em periódico sem português, disponíveis na íntegra online e de no máximo cinco anos. Os fatores de exclusão foram manuais, livros e trabalhos que não se enquadravam no tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 EPIDEMIOLOGIA E HISTÓRICO DAS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

A partir da criação do Programa Nacional de DST/Aids em 1986, ao longo das décadas, várias políticas e iniciativas relacionadas às Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) foram implementadas, como já mencionado. O lançamento do Primeiro Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) para a atenção abrangente às pessoas com ISTs foi um marco no que tange ao histórico da luta contra as ISTs no país. Além disso, em 2015, houve uma expansão e atualização do Projeto SenGono, que avaliou a resistência dos gonococos a antibióticos. Em 2016, foi estabelecida uma colaboração com o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) para a realização de testes rápidos de HIV, sífilis e hepatites virais, conforme estipulado na Decisão Cofen nº 244. No ano de 2018, a vacina contra o papilomavírus humano (HPV) foi implementada para meninos de 11 a 14 anos na rede pública de saúde brasileira (DIAS, 2021; TROMBETTA, 2022).

O Plano de Ação para Prevenção e Controle do HIV/IST (2016-2021) da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) teve como objetivo acelerar a erradicação das epidemias do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e das ISTs como problemas de Saúde Pública na Região das Américas até 2030 (DA SILVA, 2023). A transmissão vertical de HIV e sífilis congênita foi incluída neste plano, com critérios e indicadores específicos. Por último, em 2020, foi implementada a vigilância sentinela da síndrome do corrimento uretral masculino, com o propósito de monitorar dados em unidades de saúde habilitadas, com base nos resultados obtidos no Projeto SenGono (LANNON, 2021).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2016 houve uma incidência no mundo de 376,4 milhões de casos de ISTs curáveis em pessoas de 15 a 49 anos de idade, entre os quais destacaram-se 127,2 milhões de casos de clamídia, 86,9 milhões de casos de gonorreia e 6,3 milhões de casos de sífilis, ainda assim, salienta-se que existem os casos não notificados e tratados, ou não diagnosticados por falta de procura a uma unidade de saúde. Na Região das Américas, estimaram-se 29,8 milhões de casos de clamídia, 13,8 milhões de casos de gonorreia e 2 milhões de casos de sífilis (MARQUES, 2022).



Estimativas como essa revelam a importância de estratégias de ação voltadas para as ISTs, tanto na prevenção, como controle e no tratamento, sendo alguns exemplos o Programa Nacional de Controle das Hepatites Virais, que oferece testes de detecção, tratamento e prevenção, além de campanhas de conscientização; o Programa Nacional de DST/AIDS, que envolve a distribuição de preservativos, testes de HIV, tratamento e campanhas de conscientização sobre HIV/AIDS e outras ISTs; o Programa Saúde na Escola (PSE), que envolve parcerias entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação e promove a educação em saúde nas escolas, abordando temas como prevenção de ISTs e promoção de saúde sexual entre os jovens; e a Política de Redução de Danos, que se concentra na minimização dos riscos associados ao uso de drogas injetáveis e práticas sexuais de risco (MESQUITA, 2020; DE SÁ, 2019).

Apesar dos esforços de planejamento e execução das ações relacionadas às políticas públicas voltadas para as ISTs, ainda é alarmante a quantidade de casos de indivíduos infectados por esses microrganismos e a sua prevalência no território brasileiro. Portanto, de acordo com Miranda, 2021, é crucial reforçar de forma contínua o papel desempenhado pela Atenção Primária à Saúde (APS) na prestação de cuidados abrangentes a pessoas afetadas por ISTs e aos seus parceiros sexuais. Isso implica, por exemplo, garantir que a vacinação contra o HPV e as hepatites virais A e B seja amplamente abordada, disseminar informações em saúde, ampliar o acesso a exames e tratamentos. Além disso, é essencial aprimorar a capacitação dos profissionais de saúde na abordagem de questões relacionadas à saúde sexual (BARBOSA, 2020).

3.2 TRANSMISSÃO, TRATAMENTO E PREVENÇÃO

A forma pela qual essas infecções se disseminam é através do contato sexual, que pode ocorrer via oral, anal ou vaginal, entre indivíduos que estão infectados. Além disso, há a possibilidade de transmissão de mãe para filho durante o parto, ao longo da gravidez ou por meio da amamentação (DE LIMA, 2020). Apesar dos esforços das equipes de APS e da implementação das políticas públicas com informações sobre transmissão, tratamento e prevenção das ISTs, percebe-se que a população ainda é afetada, o que influencia em gastos públicos evitáveis (BATISTA, 2019).

O tratamento das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) é fundamental para controlar a disseminação dos microrganismos, prevenir complicações e melhorar a qualidade de vida do usuário, sendo específico para cada tipo de IST, podendo envolver uso de antibióticos e antirretrovirais, ou outros medicamentos específicos, dependendo do agente infeccioso envolvido, além de cremes e medicamentos tópicos para apoio ao tratamento (SILVA, 2020). Dentre exemplos de ISTs que são tratadas com antibióticos, tem-se gonorreia, sífilis e clamídia; para tratamento com antirretrovirais, tem-se o HIV, herpes genital e as hepatites virais. É importante a avaliação do quadro geral da pessoa



afetada para o tratamento, além do seguimento de protocolos específicos, com apoio de exames complementares (LIMA, 2020).

Outra medida importante na ação de tratamento e controle das ISTs é a precaução de reinfecção e interrupção da cadeia de transmissão, assim, os parceiros sexuais devem ser testados e tratados, sempre que possível. Nesse sentido, os profissionais das equipes da APS têm papel fundamental, tendo em vista que o diagnóstico e tratamento geralmente são feitos neste nível de atendimento, que é também um nível que permite o vínculo com o paciente, permitindo ao profissional que tenha maior sucesso no aconselhamento quanto à importância de abranger a pessoa em risco (SILVA, 2021).

Tendo em vista a janela imunológica e outros fatores que podem prejudicar a coleta e resultado de exames, é ideal que as equipes de APS foquem no rastreamento, indicando a testagem para todos os usuários com vida sexual ativa, pelo menos uma vez ao ano, ou sempre que indicado. No planejamento reprodutivo, é colocado aos pacientes a importância do uso de preservativos, mesmo com o uso de métodos contraceptivos, como pílulas anticoncepcionais e laqueadura, já que apenas o uso do preservativo pode servir de estratégia para a prevenção contra ISTs. Além disso, aconselha-se a redução do número de parceiros sexuais, a realização de exames regulares e a vacinação (como contra HPV e hepatite B) (DE SOUZA, 2022).

Importante salientar que algumas ISTs, como o HIV, não têm cura, mas podem ser controladas com tratamento adequado, ficando indetectáveis e promovendo qualidade de vida ao usuário que convive com o vírus. Portanto, a detecção precoce, o tratamento eficaz e a prevenção são elementos-chave na gestão das ISTs (MONTEIRO, 2019).

3.3 PAPEL DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NO RASTREAMENTO PARA AS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

A temática da prevenção e controle das ISTs não está relacionada apenas aos dispêndios com tratamento, mas observa-se que a qualidade de vida da população está associada aos seus indicadores; assim, quanto menor a incidência das ISTs, melhor a qualidade de vida da população, o que também se reflete nos níveis educacionais. Ademais, quanto mais saudável é a população, mais produtiva ela se torna, influenciando na economia. Dessa maneira, os investimentos em políticas públicas propiciam uma otimização no desenvolvimento de um país, e a elevada proliferação das ISTs interfere diretamente nos índices socioeconômicos, sobretudo por atingir populações vulneráveis (CASTOLDI, 2021). Portanto, é crucial a realização do diagnóstico precoce e a educação em saúde com a população pelos profissionais da saúde (DA SILVA, 2020).

A população jovem pode ser considerada um grupo vulnerável às ISTs em virtude de diferentes situações de risco, como o início das relações sexuais e a recusa do uso de métodos contraceptivos e preservativos. Nesse sentido, os profissionais envolvidos na educação em saúde também são aqueles



que têm maior contato com essas populações. Logo, é ideal que as equipes de educação sejam capacitadas para essa intervenção. Diversos incentivos, como o Programa Saúde na Escola (PSE), apoiam essa demanda, estabelecendo uma ponte entre equipes de educação e saúde, o que é de grande valia para a saúde pública. As unidades de saúde têm um território de abrangência pré-definido, e as escolas são consideradas equipamentos sociais úteis para a promoção da saúde (SPINDOLA, 2021).

Para a educação continuada relacionada à educação em saúde da população, é necessário sensibilizar os profissionais, para que possam influenciar de maneira efetiva e positiva na população (CAMARA, 2021). Outro equipamento social relevante são as Organizações Não Governamentais (ONGs), que abrangem todos os ciclos de vida, incluindo o público idoso, também considerado vulnerável, devido ao aumento da incidência de algumas ISTs nessa população. Desse modo, é essencial que as equipes da APS tenham proximidade com todos os equipamentos sociais de sua área, incentivando todos os envolvidos para maior efetividade de ações de rastreamento, com detecção precoce e tratamento das ISTs (FREITAS, 2022).

Medidas como campanhas com a realização de Testes Rápidos por profissionais capacitados nos espaços comunitários e campanhas de vacinação são exemplos das iniciativas do primeiro nível de atenção em saúde, representado pelas equipes de APS (DA SILVA, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) representam um desafio contínuo para a saúde pública no Brasil e em todo o mundo. Essas infecções, causadas por uma variedade de microrganismos, têm impactos significativos na qualidade de vida dos afetados e geram custos substanciais para o Sistema Único de Saúde (SUS). Compreender a epidemiologia, o histórico e as estratégias de controle de ISTs é fundamental para abordar esse problema de saúde pública de forma eficaz. A implementação de políticas públicas e programas de prevenção e controle de ISTs tem desempenhado um papel importante na conscientização, na disseminação de informações em saúde e no acesso a testes e tratamentos.

O envolvimento ativo dos profissionais de saúde, juntamente com a sensibilização e a capacitação contínua, é essencial para a implementação bem-sucedida das políticas públicas e a melhoria da qualidade de vida da população. A promoção da saúde, por meio de estratégias educativas, é uma abordagem valiosa na prevenção de ISTs em todas as faixas etárias, com foco especial na população jovem. A educação em saúde desempenha um papel crucial na modificação de comportamentos de risco, na promoção de uma vida sexual saudável e no incentivo ao autocuidado.

No entanto, a incidência contínua de ISTs e os custos associados a elas mostram que há muito a ser feito. O diagnóstico precoce, o tratamento eficaz e a prevenção permanecem elementos-chave na gestão dessas infecções. É essencial que as equipes de saúde ampliem a conscientização sobre a



importância do uso de preservativos, da redução do número de parceiros sexuais, da realização de exames regulares e da vacinação.



REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Bruna et al. Diagnóstico e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis realizados por enfermeiros na Atenção Primária à Saúde. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, v. 17, n. 44, p. 2755-2755, 2022.
- BARBOSA, Thiago Luis de Andrade et al. Prática de aconselhamento em infecções sexualmente transmissíveis, HIV e aids, realizada por profissionais da atenção primária à saúde de Montes Claros, Minas Gerais, 2015-2016. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 29, 2020.
- BATISTA, Joira Barbosa. Educação em saúde, prevenção e tratamento da sífilis: desafios e possibilidades. 2019.
- CÂMARA, Lívia de Souza et al. Conhecimento técnico dos profissionais de saúde quanto ao manejo da sífilis e a sua relação com a Educação Permanente em Saúde. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 2, p. e2010211996-e2010211996, 2021.
- CASTOLDI, Luciana et al. Profilaxia pós-exposição ao HIV em populações vulneráveis: estudo longitudinal retrospectivo em um ambulatório da rede pública do Rio Grande do Sul, 2015-2018. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 30, p. e2020646, 2021.
- DA FONSECA, Gabriela Penedos de Souza et al. Baixa adesão na realização de testes rápidos de infecções sexualmente transmissíveis. Seven Editora, p. 1049-1054, 2023.
- DA SILVA, Iasmin Alice et al. Percepções, evidências e prevenção às IST´S entre estudantes de duas escolas de referência em ensino médio no município de Paudalho/PE. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 2, p. e3812239881-e3812239881, 2023.
- DA SILVA, Natália Viana Marcondes et al. Educação em saúde com adolescentes sexualidade e prevenção de IST. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 8, p. e107985436-e107985436, 2020.
- DA SILVA, Jonatan Willian Sobral Barros et al. Mandala da Prevenção Combinada: ferramenta pedagógica no enfrentamento das infecções sexualmente transmissíveis, aids e hepatites virais em Pernambuco. *Saúde em Redes*, v. 7, n. 2, p. 45-59, 2021.
- DE LIMA, Dhyanine Morais et al. As infecções sexualmente transmissíveis e o impacto na transmissão vertical: uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 7, p. e632974433-e632974433, 2020.
- DE SÁ, Maurício Durval; SANTANA, Zionel. O PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA E A CRIAÇÃO DE FERRAMENTA PARA APOIO ÀS AÇÕES DE PREVENÇÃO DE IST/AIDS: UMA REVISÃO DE LITERATURA. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 8, n. 1, p. 130-148, 2022.
- DE SOUSA SILVEIRA, Pedro Paulo et al. Uso da Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) como PREVENÇÃO COMBINADA na contenção da disseminação do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) em grupos de risco. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 15, n. 6, p. e10267-e10267, 2022.
- DIAS, Jerusa Araujo et al. Infecções sexualmente transmissíveis em mulheres afrodescendentes de comunidades quilombolas no Brasil: prevalência e fatores associados. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, p. e00174919, 2021.



- DIRETRIZES, E. Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). 2022.
- DOMINGUES, Carmen Silvia Bruniera et al. Protocolo Brasileiro para Infecções Sexualmente Transmissíveis 2020: sífilis congênita e criança exposta à sífilis. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 30, p. e2020597, 2021.
- FREITAS, Vívien Cunha Alves de. Vulnerabilidades à aquisição de HIV/AIDS na população em situação de rua em Fortaleza-Ceará. 2022.
- HERNANDES, Leticia Clemente Olmos et al. Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST): concepções e práticas de estudantes universitários/as de um município do Pontal do Triângulo Mineiro. 2019.
- LANNOY, Leonor Henriette de et al. Protocolo Brasileiro para Infecções Sexualmente Transmissíveis 2020: infecções que causam corrimento uretral. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 30, 2021.
- LIMA, Bruna Tatibana de. Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e suas manifestações em boca. 2020.
- MARQUES, Victor Guilherme Pereira da Silva et al. INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA. RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218, v. 3, n. 5, p. e351500-e351500, 2022.
- MESQUITA, Fábio. Redução de danos. BIS. *Boletim do Instituto de Saúde*, v. 21, n. 2, p. 10-17, 2020.
- MIRANDA, Angélica Espinosa et al. Políticas públicas em infecções sexualmente transmissíveis no Brasil. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 30, 2021.
- MONTEIRO, Simone Souza et al. Desafios do tratamento como prevenção do HIV no Brasil: uma análise a partir da literatura sobre testagem. *Ciencia & saude coletiva*, v. 24, p. 1793-1807, 2019.
- PIMENTEL, THALES LEMOS et al. ANÁLISE DAS NOTIFICAÇÕES DE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS ENTRE IDOSOS NO BRASIL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS. In: II Congresso de Saúde Coletiva da UFPR. 2020.
- RAMOS, Felipe Bittencourt Pires et al. A educação em saúde como ferramenta estratégica no desenvolvimento de ações de prevenção da transmissão do HIV: um relato de experiência. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, n. 19, p. e509-e509, 2019.
- ROWLEY, Jane et al. Chlamydia, gonorrhoea, trichomoniasis and syphilis: global prevalence and incidence estimates, 2016. *Bulletin of the World Health Organization*, v. 97, n. 8, p. 548, 2019.
- SANCHES, Fabricio Abreu. Atuação do enfermeiro frente a realização dos testes rápidos para IST: uma revisão narrativa. 2021.
- SANTOS, Alexia Freitas et al. A EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO FOCO PREVENTIVO EM RELAÇÃO AS IST'S: RELATO DE EXPERIÊNCIA. *Revista Foco (Interdisciplinary Studies Journal)*, v. 16, n. 5, 2023.



SCOTINI, Diego et al. Conhecimento das infecções sexualmente transmissíveis por discentes e docentes da área da saúde e em uma cidade do sudoeste de Minas Gerais. *Revista dos Seminários de Iniciação Científica*, v. 5, n. 1, 2023.

SILVA, Victor Matheus Santos da et al. Cordel das infecções sexualmente transmissíveis (ISTs): da prevenção ao tratamento. 2020.

SPINDOLA, Thelma et al. A prevenção das infecções sexualmente transmissíveis nos roteiros sexuais de jovens: diferenças segundo o gênero. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 2683-2692, 2021.

TROMBETTA, Marihá Thaís; DE OLIVEIRA, Cristhiane Campos Marques. Comportamento sexual e associação com Infecções Sexualmente Transmissíveis em populações vulneráveis de um município do interior de Goiás, Brasil. In: *CICURV-Congresso de Iniciação Científica da Universidade de Rio Verde*. 2022.